

A METÁFORA COMO TRADUÇÃO OU TRANSBORDAMENTO DE CRISES ECONÔMICAS CONTEMPORÂNEAS

Thiago Martins Prado (UNEB¹)
thiagomartinsprado@pesquisador.cnpq.br

RESUMO

Neste estudo, será discutida a construção de metáforas nos discursos econômicos contemporâneos no Brasil analisando-se a formação de uma retórica sobre a austeridade fiscal e a sua variação quando na proximidade do agravamento da pandemia da Covid-19 ou quando considerada a vinda do pleito eleitoral de 2022. A realização da metáfora tanto será observada como mecanismo tradutório de modo a envolver o público leigo na linguagem técnica da Economia como também como uma ferramenta performática de modo a estabelecer níveis de realidade atreladas a valências emocionais. Estudos de economistas, como Mariana Mazzucato (2020), Delfim Neto (2021), Laura Carvalho e Pedro Rossi (2020) e Julia Braga e Franklin Serrano (2020), associados a investigações de linguistas, como José Luiz Fiorin (2004) e Eliana Amarante de Mendonça Mendes (2009), serão considerados para analisar as práticas discursivas da política econômica em períodos de crise.

Palavras-chave:

Crise. Metáfora. Economia Contemporânea.

ABSTRACT

In this study, the construction of metaphors in contemporary economic discourses in Brazil will be discussed, analyzing the formation of a rhetoric about fiscal austerity and its variation when in the proximity of the worsening of the Covid-19 pandemic or when considering the coming of the election of 2022. The realization of the metaphor will be observed both as a translation mechanism in order to involve the lay public in the technical language of Economics as well as as a performative tool in order to establish levels of reality linked to emotional valences. Estudos de Economists, such as Maria-na Mazzucato (2020), Delfim Neto (2021), Laura Carvalho and Pedro Rossi (2020) and Julia Braga and Franklin Serrano (2020), associated with investigations by linguists, such as José Luiz Fiorin (2004) and Eliana Amarante by Mendonça Mendes (2009), will be considered to analyze the discursive practices of economic policy in periods of crisis.

Keywords:

Crisis. Metaphor. Contemporary Economy.

1. Tradução intralingual e metáfora na apresentação da economia

Em seu estudo a respeito dos processos de tradução intralingual,

¹ Agradece-se ao financiamento deste estudo pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do Edital Universal nº 18/2021.

Eliana Mendes (2009) acaba por concluir que todo falante nativo adquire uma competência tradutória dentro da própria língua que lhe permite tanto traduzir suas próprias mensagens para um outro falante como também o torna capaz de reconhecer a informação de um texto já como derivada de um outro texto inicial. Como há uma complexidade quanto à estruturação desses processos tradutórios, a pesquisadora alerta de que essa competência é limitada e, no decorrer do tempo, pode ser aprimorada cada vez mais com uso e exposição. Esse ponto de partida (a respeito da limitação da competência tradutória) permite-nos pensar como, num país em que o letramento financeiro representa um verdadeiro desafio – haja vista os resultados do PISA de 2015 e 2018 –, os falantes de língua portuguesa no Brasil abordam os fenômenos econômicos e quanto esses estão mais ou menos expostos a um registro que permita aprimorar o curso do debate econômico no país.

É preciso salientar que, diferente dos objetivos da pesquisa de Mendes (2009), não se buscou, neste estudo, entender os processos de tradução intralingual de modo a reconhecer algumas das estratégias formais elaboradas no discurso, tal como retextualização, adaptação, paródia, pastiche etc. Antes disso, verificou-se, por meio das cenas econômicas discutidas no país entre os anos de 2016 e 2022, como a tradução intralingual desenvolveu-se como ferramenta retórica de modo a se tornar um eficiente meio de apresentação da realidade econômica ainda que ocorresse uma enorme assimetria de domínio de registro entre falantes.

Se considerarmos os estudos de Fiorin (2004) a respeito do *pathos* do enunciatário, não se pode desprezar que a imagem que o enunciador tem do enunciatário impõe ao primeiro escolhas linguísticas que podem permitir uma comunicação mais sólida e um convencimento mais efetivo sobre a apresentação da realidade por meio da linguagem – e isso também conta para a apresentação da realidade econômica. Entretanto, embora os enunciatários não sejam passivos na alimentação de uma discursividade, a assimetria entre o domínio de registro pode incapacitar aqueles que não possuem um suficiente letramento financeiro a pensar e expor diferentes pontos de vista ao mesmo tempo em que tais enunciatários, ao agir posteriormente como enunciadores, acabam por potencializar ainda mais uma homogeneidade simplória de descrição do mundo econômico por meio da linguagem. Esse é um dos pontos em que se enxerga a urgência da discussão e efetivação de um adequado plano de letramento financeiro no país em que se permita a reflexão sobre a heterogeneidade das vozes sociais que se formam em meio aos fenômenos eco-

nômicos no Brasil.

Neste estudo, a metáfora foi observada como recurso retórico que funciona como ponte de tradução intralingual a atravessar a assimetria de registro dos falantes sobre os temas econômicos. Concomitantemente, a metáfora também foi estudada como instrumento que ativa, por meio de sua reserva sígnica, valências emocionais, alimentando *performances* linguísticas de acordo com as mobilidades políticas em meio a crises de 2016 a 2022. A metáfora estudada aqui, paradoxalmente, reapresenta o mundo (esse mundo da Economia) sob uma outra carga de imagens e signos, mas, muitas vezes, planifica o entendimento sobre os fenômenos econômicos – a mensagem visa à homogeneização da realidade. Nesse sentido, em um ambiente em que a competência tradutória e o letramento financeiro dos falantes são insuficientes, é preciso partir da questão de que a metáfora pode até, de certo modo, garantir uma heterogeneidade do olhar para a linguagem, baseada na criatividade e no entendimento do outro para a montagem de uma ponte, mas não garante heterogeneidade na compreensão dos fenômenos econômicos.

2. A batalha retórica sobre o curso da austeridade

Na Economia, diversos recursos retóricos proporcionam desenhos representativos para a política econômica de um país que, por um lado, funcionam para reforçar o convencimento das práticas eleitas de um governo e, por outro, buscam uma simplificação tradutória necessária para a compreensão da grande massa de leigos na área econômica. Nesse sentido, por meio do disfarce da complexidade que engendra os mecanismos decisórios da política econômica, os recursos retóricos auxiliam na construção de uma discursividade hegemônica a se alastrar gradativamente pela linguagem não técnica e a influenciar posturas e opiniões sobre a economia em uma grande audiência não especializada.

Recentemente, a dramaturgia trágica inspirou diversos analistas da área econômica que defenderam a retórica da austeridade adotando a previsão de um ambiente catastrófico se ora o fim do Teto de Gastos fosse levado à frente. O ambiente de terror e de coação somou-se a um discurso a respeito de uma provável insolvência nas contas públicas associada a um risco inflacionário na ocorrência do aumento do gasto do governo. Um dogmatismo fiscal justificou os sacrifícios de congelamentos no funcionalismo público e o decréscimo dos investimentos do governo em áreas estratégicas para a geração de empregos e de demanda.

Esse ambiente de terrorismo fiscal, inicialmente, foi motivado por um cenário de crise econômica e malabarismos contábeis nos anos finais do governo Dilma e, nesse caso, é preciso afirmar como os recursos retóricos foram, em sentido oposto, fundamentais para favorecer um processo de deslegitimação da política econômica. Como exemplo, a atmosfera de desconfiança no comando da Economia por essa gestão levou o economista Delfim Neto (2021) a caracterizar as operações que envolveram o Fundo Soberano do Brasil, o Tesouro Nacional, a Caixa Econômica Federal e o BNDES de alquimia contábil para se conquistar o superávit primário. Delfim Neto, nesse sentido, além da metáfora da alquimia sob o comando do ministro Guido Mantega, enxergou a metáfora do incesto como pecado vergonhoso já praticado num passado distante da política econômica do país que mereceria ser esquecido. A última metáfora, a da pedalada, que foi afirmada como atraso de repasse aos bancos públicos a não ser contabilizado nos Restos a Pagar, funcionou para trazer descrédito à administração pública do Governo Federal em relação às suas metas fiscais e motivar uma política ainda mais forte de austeridade nos governos seguintes. Quanto mais duras foram as críticas à condução da política econômica do governo Dilma, mais se alargou as justificativas para a instalação da retórica de austeridade – a agenda de reformas, de congelamentos, de desinvestimentos encontrou uma brecha na crise.

Em meio ao discurso da austeridade, Laura Carvalho e Pedro Rossi (2020) identificaram um padrão no âmbito da estratégia retórica que defende tal política econômica: o estabelecimento de uma equivalência entre o gasto público e o gasto pessoal. Esse símile para a política econômica, conforme os autores, apresenta o moralismo ilustrado no conto da cigarra e da formiga como uma virtude e despreza a incompatibilidade entre gastos públicos e gastos pessoais. Sendo mais específico, essa igualdade entre a economia como política do governo e a economia como organização de recursos na esfera doméstica apaga a complexidade dos efeitos do gasto público, ao desconsiderar seu efeito incentivador de capilaridade e de multiplicação de capital quando injetado, de forma estudada e com volume, como investimento no setor produtivo. No âmbito da Covid-19, uma metáfora substitutiva foi tentada por Carvalho e Rossi (2020): a austeridade fiscal transmuta-se em cloroquina, pois não tem cura comprovada (haja vista relatórios do próprio FMI nos anos de 2010) e ainda implica consequências nocivas – pelo fato de o desinvestimento do setor público reduzir a empregabilidade. A caracterização da austeridade como cloroquina por Carvalho e Rossi no Brasil baseia-se principalmente em discursos contestatórios da experiência de austeridade já vivenciada

em alguns países da Europa pós-crise de 2008. Mazzucato (2020), uma dessas vozes, afirma que a experiência da austeridade vivida na Europa, com o excessivo corte nos gastos do governo, acarretou um agressivo custo social (desinvestimento nas áreas da educação, infraestrutura e saúde). Segundo a autora, sendo tais áreas largamente afetadas pelo discurso da austeridade, o crescimento econômico de longo prazo ficou comprometido, ou seja, os desinvestimentos excessivos marcaram uma tendência para o não crescimento do PIB no futuro. O custo da falta de um investimento consistente em áreas da educação, saúde e infraestrutura retiraram a oportunidade de uma melhor formação profissional, de organismos saudáveis e resistentes e de um contexto de obras que multiplique relações econômicas como uma dinâmica a multiplicar empregabilidade e maior consumo.

Embora Carvalho e Rossi possam ter reconhecido um padrão de utilização de recurso retórico no discurso importado da austeridade fiscal, é preciso afirmar o emprego do símile entre economia do governo na esfera pública e da pessoa na esfera doméstica não como uma exclusividade dos governos Temer e Bolsonaro. O próprio presidente Lula, desde os três primeiros anos de governo em que se estabeleceu um ajuste fiscal e uma política de controle da inflação pela adoção de juros mais elevados, tornou comum às suas falas sobre Economia a aproximação entre o orçamento doméstico e o orçamento público como forma de promover uma compreensão a uma audiência mais popular dos mecanismos de controle estipulados pelo ministro Palocci.

A simplificação dos fenômenos econômicos a partir da aproximação com a esfera do gasto pessoal, ainda que se apresente como recurso pedagógico, encobre angulações que, se ignoradas, tornam-se nocivas. Na origem dos estudos da escola clássica, por exemplo, como metodologia organizadora da epistemologia econômica em Adam Smith, não transpareceu o caráter social da mão de obra entre os meios produtivos. Entretanto foi com Karl Marx, em sua *Economia Política*, que se reconheceu, de imediato, as ficções de Robinson Crusóé que os estudos de Smith criaram para o homem econômico ao promover uma visão centrada em um microuniverso que se distanciava das relações sociais mais amplas determinadas pelos modos e condições de produção. É na aposta pela complexidade como estudo entrecruzado entre análise sociológica e análise econômica que Marx desenvolveu conceitos como mais-valia, por exemplo.

Em meio à atmosfera de defesa do discurso a respeito da austeri-

vez mais pelo território nacional. Nesse sentido, podem ser destacados três momentos significativos em que o discurso da política econômica sofre reinterpretações em que a metáfora da guerra foi continuamente usada para estabelecer uma relação de reforço de sentido frente ao vírus.

No primeiro momento, quase que inadvertidamente, Bolsonaro marcou uma posição que, de início, fazia muito sentido com a agenda da austeridade fiscal antes da realidade da Covid-19. Com um intenso comando de redução de gastos, a equipe econômica do governo proferia que a dívida pública impedia o crescimento econômico do país, portanto os cortes e a diminuição do Estado seriam necessários para a geração de um excedente orçamentário. Nesse primeiro período, pensar na queda da arrecadação com a paralisação do comércio e da circulação dos consumidores e nos custos com o gasto na área da saúde, retirou dos trilhos o planejamento ora traçado pelo Ministério da Economia. Sendo assim, uma guerra foi declarada, e os dois inimigos foram colocados em posições irreconciliáveis: medidas de apoio do orçamento público contra a Covid-19 e medidas restritivas para o combate à Covid-19 (isolamento social e fechamento do comércio) *versus* medidas de contenção de gastos públicos e medidas de incentivo à livre circulação de pessoas e de mercadorias.

No segundo momento, a realidade da Covid-19 se impôs, e o Ministério da Economia teve que rever sua trajetória de demanda de gastos para o governo. Numa das declarações do ministro Paulo Guedes, de que a carruagem viraria abóbora depois da meia-noite, a impressão que se teve foi que o governo escolheu compreender que agora estava lutando em duas frentes de guerra e com inimigos diferentes: contra a Covid-19 e contra a insalubridade econômica. Embora o combate à Covid-19 passasse a pertencer à agenda do Ministério da Economia, os gastos com a renda de assistência social como forma de amparar a crise em larga escala na área da saúde, nessa fase, foram entendidos como temporários e reconheceu-se que estariam desacelerando a determinação liberal (e de austeridade) da equipe econômica – a voltar assim que a pandemia estivesse controlada. Como uma forma de réplica, Braga e Serrano (2020) afirmaram que o ministro da Economia estava tomado por um complexo de Cinderela; ou seja, por um lado, ele insistia no discurso da austeridade a tornar a economia nacional sem chance de estimular maior força e autonomia aos seus setores de produção interna (uma economia trancada na casa de uma madrasta má), por outro, ele estaria contaminado por uma esperança fantasiosa de que um elemento externo (investimento estran-

geiro tal como uma fada ou um príncipe distante) milagrosamente viria salvar a realidade cativa da economia nacional.

No terceiro momento, o Ministério da Economia, sob pressão do próximo pleito eleitoral e com o caráter duradouro do vírus, buscou uma forma de integrar à sua estratégia econômica o discurso do combate à pandemia da Covid-19. Nesse sentido, declarar guerra à Covid-19 é também declarar guerra à insalubridade econômica. Diferente do primeiro e do segundo períodos, o entendimento do Ministério da Economia é de que agora o gasto com a assistência social ampliada por razões da pandemia faz parte de uma lógica liberal. Nesse sentido, ao contrário de Paulo Guedes buscar referências nas políticas anticíclicas em tempos de crise da escola keynesiana – o que inviabilizaria completamente a retórica da austeridade –, ele começa a justificar o gasto público com assistência social citando o conceito de renda mínima forjado por Milton Friedman, como uma forma de preservar o pensamento liberal na Economia. Tal conceito habilmente utilizado pela equipe econômica fornece uma ideia de continuidade do processo de apoio à população mais carente, e isso é conveniente aos interesses da gestão Bolsonaro por estar nas proximidades das eleições presidenciais, entretanto não fica claro se essa política de apoio perdurará ou se o volume de gastos com a assistência social foi uma solução econômica temporária para reforçar a política bolsonarista até o pleito eleitoral. Paralelamente, o nome do auxílio sofre também uma substituição com o intuito de se negar uma agenda política de governos anteriores e, como começa a comprometer as anteriores metas fiscais traçadas pelo Ministério da Economia, a artimanha discursiva de Paulo Guedes gerencia um símile da Economia em Tempos de Pandemia com uma Economia em Tempos de Guerra. Acontece que a cena de uma Economia de Guerra cria um intervalo temporal de exceção que, ao mesmo tempo em que pode desculpar o mau desempenho da atual política liberal da austeridade fiscal – por precisar sair do planejamento inicial ao enfrentar uma catástrofe –, também oportuniza afirmar, no futuro, uma drástica redução dos volumes investidos para a assistência social com o inevitável abrandamento gradativo da crise da Covid-19. Enquanto essa dubiedade discursiva é preservada pela equipe econômica do governo Bolsonaro, a renda mínima de raiz friedmaniana é ilustrada como uma estratégia de dinamizar os setores da economia, mas não se reconhece, com nitidez, se a renda mínima oportuniza uma transferência de renda para minimizar os problemas da desigualdade social e suprir necessidades imediatas da população pobre ou se é mero instrumento oportunista (e contrário à retórica da austeridade) a ser desmontado assim que um

possível triunfo nas eleições possa ser decretado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Julia; SERRANO, Franklin. A dívida pública e o complexo de Cinderela. In: DWECK, E.; ROSSI, P.; OLIVEIRA, A.L.M. de. *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 60-6

CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado. In: DWECK, E.; ROSSI, P.; OLIVEIRA, A.L.M. *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 39-49

COMITÊ Nacional de Educação Financeira. *Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor*. Brasília: CONEF, 2013. (Bloco 03)

FIORIN, José Luiz. O *pathos* do enunciário. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 69-78, 2004.

MAZZUCATO, Mariana. *O valor de tudo: produção e apropriação na economia global*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.

MARX, Karl. Para a crítica da Economia Política. In: *Marx – Vida e Obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 25-48 (Os pensadores)

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. Processos de tradução intralingual. *Anais do VI Congresso Internacional da Abralín*. São Paulo: Ideia, 2009. p. 1161-70.

NETO, Delfim. *Economia é coisa séria: Brasil, mercados, política (2000–2018)*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2021.